

AGROTIS AGROINFORMÁTICA S.A.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
de acordo com as práticas adotadas no Brasil e IFRS.
31 de dezembro de 2025
REA 230/2026

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	2
Balanços Patrimoniais.....	8
Demonstrações do Resultado.....	9
Demonstrações do Resultado Abrangente.....	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	12
Demonstrações do Valor Adicionado	13
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	14

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Agrotis Agroinformática S.A.
Curitiba – PR – Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Agrotis Agroinformática S.A. (anteriormente denominada Agrotis Agroinformática Ltda) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrotis Agroinformática S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das suas operações, dos seus fluxos de caixa e do seu valor adicionado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de

normas contábeis, mais precisamente a NBC TG 1000 (R1). Estas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de Receitas de Contratos com Clientes

Conforme nota explicativa nº 19, as receitas da Companhia e sua controlada possuem a prestação de serviços designados como softwares recorrentes e softwares não recorrentes.

Identificamos os processos e as atividades de controles implementados pela Controladora e sua controlada, principalmente nas áreas de controladoria, contabilidade e apoio das áreas técnicas, e efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a:

Porque é um PAA

As receitas de softwares não recorrentes englobam serviços de implementação e customização que são objeto de contratos específicos para satisfazer individualmente cada cliente.

A responsabilidade pela prestação desses tipos de serviços se estende ao longo do período durante o qual o serviço é prestado, com base nas horas incorridas e nos montantes estabelecidos nos respectivos contratos com os clientes. Conforme estipulado em cada contrato, tais receitas podem ter sido faturadas ou não.

Os serviços não recorrentes realizados requerem controles que determinem as horas efetivamente consumidas, além de garantir a correta mensuração e registro destas receitas quando as obrigações contratuais são cumpridas.

Devido ao fato de tais receitas se basearem em controles de horas por execução de projetos, consideramos o assunto como um risco significativo em nossa abordagem de auditoria, que exigiu considerações especiais durante a execução de nossos procedimentos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- ▶ Análise e entendimento do processo e da estrutura relativa à eficácia dos controles internos pertinentes empregados pela Companhia e sua controlada, assim como pelos seus componentes considerados significativos, durante o curso da auditoria, em relação ao reconhecimento de receitas provenientes de softwares não recorrentes;
- ▶ Testes amostrais em contrato de clientes no reconhecimento de receitas de softwares não recorrentes, a fim de examinar os termos contratuais das propostas de serviços, as horas executadas nos projetos e sua mensuração, para assim determinar se o reconhecimento da receita está adequado, inclusive em relação à sua escrituração no período de competência correto;
- ▶ Verificação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, analisando a inclusão de todas as informações relevantes sobre o reconhecimento de receitas.

Com base nas evidências coletadas através dos procedimentos acima mencionados, concluímos que os montantes reconhecidos e as divulgações relacionadas às receitas de softwares não recorrentes são adequados, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ativo Imobilizado

A Controladora possui montantes registrados em ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 11, os quais forma base para determinação da vida útil remanescente e as taxas de depreciação, envolvendo julgamento significativo da Administração, conforme estabelecido pela Seção 17 Ativo Imobilizado da NBC TG 1000 (R1), especialmente no que se refere à estimativa do valor residual e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos.

Durante o exercício, foram conduzidos estudos de revisão da vida útil remanescente dos bens do imobilizado, cujos resultados indicaram que os montantes escriturados estavam conciliados e não apresentavam distorção relevante entre o valor residual e os valores estimados de depreciação. Observamos, ainda, que as taxas de depreciação utilizadas pela Administração foram fundamentadas nos referidos estudos e, na data de reporte, não apresentaram diferenças expressivas quando comparadas às taxas determinadas segundo critérios fiscais.

Dada a materialidade dos saldos envolvidos e o julgamento inerente ao processo de estimativa de vidas úteis e taxas de depreciação, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- ▶ Avaliação da metodologia adotada pela Administração para determinar a vida útil remanescente dos ativos, confrontando-a com as práticas estabelecidas pela NBC TG 1000 (R1);
- ▶ Análise dos estudos técnicos realizados, incluindo premissas, critérios de avaliação e documentação de suporte;
- ▶ Comparação das taxas de depreciação revisadas com aquelas calculadas com base nos critérios fiscais e investigação das eventuais diferenças identificadas;
- ▶ Testes substantivos e analíticos sobre o cálculo da depreciação registrada nas demonstrações contábeis;
- ▶ Avaliação da consistência das divulgações relacionadas nas notas explicativas.

Com base nessas evidências, concluímos que as estimativas de vida útil remanescente e os registros contábeis de depreciação foram adequadamente determinados pela Administração.

Responsabilidade da administração pelas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

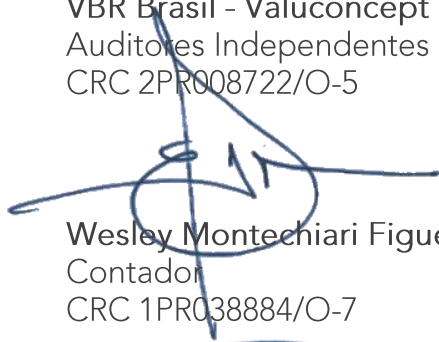
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 11 de fevereiro de 2026.

VBR Brasil - Valuconcept
Auditores Independentes S/S
CRC 2PR008722/O-5



Wesley Montechiari Figueira
Contador
CRC 1PR038884/O-7



Tiago Andrade Mancarz
Contador
CRC 3PR064611/O-2

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		8.370.271	12.427.896	9.537.668	16.230.930
Caixa e equivalentes de caixa	5	989.668	6.948.551	1.674.404	10.318.358
Contas a receber	6	5.376.807	3.972.532	5.871.145	4.405.887
Tributos a recuperar	7	1.394.191	1.342.036	1.394.191	1.342.036
Adiantamentos e outros créditos	8	438.234	29.886	426.557	29.758
Despesas antecipadas		36.480	-	36.480	-
Partes relacionadas	9	134.891	134.891	134.891	134.891
Não Circulante		11.528.396	6.035.858	10.425.003	2.303.690
Realizável a longo prazo		496.819	815.205	496.819	815.205
Partes relacionadas	9	496.819	815.205	496.819	815.205
Investimentos	10	1.103.393	3.732.168	-	-
Imobilizado	11	7.058.848	1.229.090	7.058.848	1.229.090
Intangível	12	308.237	259.395	308.237	259.395
Ativo direito de uso	13	2.561.099	-	2.561.099	-
Total do Ativo		19.898.667	18.463.754	19.962.671	18.534.620
Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		6.903.073	3.889.890	6.967.077	3.960.756
Contas a pagar	14	2.441.044	1.081.355	2.441.044	1.081.605
Passivo financeiro	13	917.555	-	917.555	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	3.174.279	2.214.088	3.174.279	2.214.088
Obrigações tributárias	16	370.195	571.926	434.199	642.542
Outras contas a pagar		-	22.521	-	22.521
Não Circulante		7.928.079	333.322	7.928.079	333.322
Passivo financeiro	13	1.687.621	-	1.687.621	-
Partes relacionadas	9	6.240.458	333.322	6.240.458	333.322
Provisões para contingências	17	-	-	-	-
Patrimônio Líquido		5.067.515	14.240.542	5.067.515	14.240.542
Capital social	18 a)	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Reserva legal	18 b)	600.000	600.000	600.000	600.000
Reserva de lucros		1.467.515	10.640.542	1.467.515	10.640.542
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		19.898.667	18.463.754	19.962.671	18.534.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita Operacional Líquida	19	60.565.403	49.272.682	66.504.262	54.679.489
(-) Custos operacionais	20	(36.366.551)	(31.594.148)	(36.366.551)	(31.594.148)
Lucro Bruto		24.198.852	17.678.534	30.137.711	23.085.341
Despesas operacionais		(15.922.253)	(12.322.255)	(15.968.887)	(12.377.076)
Despesas comerciais	21	(2.494.152)	(1.927.012)	(2.494.152)	(1.927.012)
Despesas com pessoal	22	(3.381.955)	(3.146.848)	(3.381.955)	(3.146.848)
Despesas gerais e administrativas	23	(9.745.572)	(6.999.360)	(9.769.806)	(7.031.741)
Despesas tributárias		(300.574)	(249.035)	(322.974)	(271.475)
Equivalência patrimonial	10	5.985.364	5.346.406	-	-
Outras receitas e despesas	24	108.850	1.004.921	110.919	994.924
Resultado operacional antes do resultado financeiro		14.370.813	11.707.606	14.279.743	11.703.189
Resultado financeiro	25	843.388	680.926	1.233.228	910.803
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		15.214.201	12.388.532	15.512.971	12.613.992
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	(1.440.092)	(664.672)	(1.738.862)	(890.132)
Imposto de renda e Contribuição social - corrente		(1.495.717)	(1.018.362)	(1.794.487)	(1.243.822)
Imposto de renda e Contribuição social - diferido		55.625	353.690	55.625	353.690
Resultado líquido		13.774.109	11.723.860	13.774.109	11.723.860
Resultado líquido destinado aos acionistas controladores		13.774.109	11.723.860	13.774.109	11.723.860
Resultado líquido destinado aos acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro por ação:					
Lucro Líquido Básico por ação		4,59	3,91	4,59	3,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucro líquido	<u>13.774.109</u>	<u>11.723.860</u>	<u>13.774.109</u>	<u>11.723.860</u>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	<u><u>13.774.109</u></u>	<u><u>11.723.860</u></u>	<u><u>13.774.109</u></u>	<u><u>11.723.860</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>74.100</u>	<u>-</u>	<u>14.310.096</u>	<u>-</u>	<u>14.384.196</u>
Resultado do exercício	-	-	-	11.723.860	11.723.860
Subscrição e integralização de capital	2.925.900	-	-	(2.925.900)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(3.669.554)	(8.197.960)	(11.867.514)
Constituição de reserva	-	600.000	-	(600.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>3.000.000</u>	<u>600.000</u>	<u>10.640.542</u>	<u>-</u>	<u>14.240.542</u>
Resultado do exercício	-	-	-	13.774.109	13.774.109
Distribuição de dividendos	-	-	(22.947.136)	-	(22.947.136)
Constituição de reserva	-	-	13.774.109	(13.774.109)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>3.000.000</u>	<u>600.000</u>	<u>1.467.515</u>	<u>-</u>	<u>5.067.515</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido	13.774.109	11.723.860	13.774.109	11.723.860
Ajustes				
Depreciação e amortização	621.653	579.931	621.653	579.931
Provisão de juros ativos e passivos de partes relacionadas	-	(11.185)	-	(11.185)
Resultado com participações societárias	(5.985.364)	(5.346.406)	-	-
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível	(33.340)	26.999	(33.340)	26.999
Reconhecimento (reversão) receitas por execução	169.800	1.079.674	169.800	1.079.674
Perdas estimadas de crédito	-	267.889	-	267.889
Tributos diferidos	(55.625)	(353.690)	(55.625)	(353.690)
Provisão para participação nos lucros	1.248.069	-	1.248.069	-
Amortização de direito de uso	380.041	-	380.041	-
Juros incorridos de arrendamentos	58.450	-	58.450	-
Lucro do exercício ajustado	10.177.793	7.967.072	16.163.157	13.313.478
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(1.574.075)	1.245.744	(1.635.058)	1.327.223
Tributos a recuperar	3.470	(283.162)	3.470	(282.931)
Adiantamento e outras contas a receber	(408.348)	8.421	(396.799)	18.278
Despesas antecipadas	(36.480)	-	(36.480)	-
Contas a pagar	1.359.636	70.852	1.359.386	71.102
Obrigações sociais e trabalhistas	(287.878)	(133.653)	(287.878)	(133.653)
Obrigações tributárias	(201.678)	(828.068)	(208.290)	(835.412)
Outras contas a pagar	(22.521)	22.521	(22.521)	22.521
Pagamento de passivo de arrendamento	(394.414)	-	(394.414)	-
Juros pagos sobre empréstimos	-	13.304	-	13.304
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.615.505	8.083.031	14.544.573	13.513.910
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aplicação líquida em imobilizado	(6.402.973)	(394.689)	(6.402.973)	(394.689)
Aplicação líquida em intangível	(63.940)	(282.529)	(63.940)	(282.529)
Recebimento de distribuição de lucros de controlada	8.614.139	4.724.000	-	-
Recebimento de empréstimo a partes relacionadas	318.386	410.000	318.386	410.000
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	2.465.612	4.456.782	(6.148.527)	(267.218)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(358.279)	-	(358.279)
Dividendos distribuídos	(17.040.000)	(11.867.514)	(17.040.000)	(11.867.514)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(17.040.000)	(12.225.793)	(17.040.000)	(12.225.793)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	(5.958.883)	314.020	(8.643.954)	1.020.899
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.948.551	6.634.531	10.318.358	9.297.459
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	989.668	6.948.551	1.674.404	10.318.358
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	(5.958.883)	314.020	(8.643.954)	1.020.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Valor adicionado				
Receitas	64.350.423	53.449.520	70.515.530	59.051.158
Prestação de serviços não recorrentes	8.589.866	7.703.924	8.589.866	7.703.924
Prestação de serviços recorrentes	55.730.622	44.791.832	55.715.344	44.688.805
Venda de mercadorias	-	-	6.179.126	5.714.665
Outras receitas	29.935	953.764	31.194	943.764
Insumos adquiridos de terceiros	(46.755.071)	(39.123.547)	(46.755.306)	(39.131.929)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(36.366.551)	(31.594.148)	(36.366.551)	(31.594.148)
Serviço de terceiros, energia, materiais e outros	(9.577.760)	(6.757.031)	(9.577.995)	(6.757.266)
Outros insumos adquiridos de terceiros	(549.276)	(339.963)	(549.276)	(339.963)
Perda de valores ativos	(261.484)	(432.405)	(261.484)	(440.552)
Valor adicionado bruto	17.595.352	14.325.973	23.760.224	19.919.229
Depreciações e amortizações	(956.554)	(579.931)	(956.554)	(579.931)
Valor adicionado líquido	16.638.798	13.746.042	22.803.670	19.339.298
Valor adicionado recebido em transferência	7.021.346	6.116.908	1.426.633	1.010.935
Resultado de equivalência patrimonial	5.985.364	5.346.406	-	-
Receitas financeiras	957.066	719.344	1.346.907	959.777
Outros resultados recebidos em transferência	78.916	51.158	79.726	51.158
(=) Valor adicionado total a distribuir	23.660.144	19.862.950	24.230.303	20.350.233
(=) Distribuição do valor adicionado	23.660.144	19.862.950	24.230.303	20.350.233
Gastos com pessoal e encargos	3.272.787	3.249.146	3.272.787	3.249.146
Remuneração direta	2.534.168	437.312	2.534.168	437.312
Benefícios	562.928	2.005.748	562.928	2.005.748
FGTS	175.691	806.086	175.691	806.086
Impostos, taxas e contribuições	5.934.854	4.313.416	6.458.936	4.744.246
Federal	4.372.820	2.958.968	4.896.902	3.389.798
Estadual	326	3.140	326	3.140
Municipal	1.561.708	1.351.308	1.561.708	1.351.308
Remuneração de capital de terceiros	678.394	576.528	724.471	632.981
Aluguéis	456.000	458.370	480.000	482.370
Juros	113.679	38.419	113.679	48.973
Outras despesas	108.715	79.739	130.792	101.638
Remuneração de capital próprio	13.774.109	11.723.860	13.774.109	11.723.860
Dividendos destinados	22.947.136	11.867.514	22.947.136	11.867.514
Lucros retidos (distribuídos) do exercício	(9.173.027)	(143.654)	(9.173.027)	(143.654)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agrotis Agroinformática S.A. – CNPJ: 82.413.816/0001-01, (“Companhia” ou “Controladora”) faz parte do Grupo de empresas denominado Grupo Agrotis (“Grupo”). Um Grupo sólido e transparente, com mais de 30 anos no ramo de consultoria e implantação de soluções em software de gestão para o agronegócio, pauta sua atuação em princípios éticos de crescimento, aliados a responsabilidade ambiental e social.

Com mais de três décadas de experiência, a Companhia é especialista em software para o agronegócio, em 1991 foi criado o primeiro produto da Agrotis, um sistema para emissão de Receituário Agrônômico, sendo o 1º do Brasil. Atenta aos movimentos e oportunidades deste mercado observou uma demanda nas empresas de distribuição de insumos, foi quando também entrou na área de gestão, desenvolvendo soluções administrativas e financeiras nos padrões do setor. Logo na sequência já estava lançando seu próprio ERP, o “Agrotis Gerencial”.

O Grupo mantém diversas soluções no seu portfólio, atendendo atualmente vários verticais do agro, como Produtores Rurais, Produção de Sementes, Fruticultores, Cooperativas Agropecuárias, Revendas de Insumos Agrícolas e Implementos, Indústrias de Fertilizantes, Indústrias de Nutrição Animal, Armazéns e Cerealistas e Algodoeiras.

Visando atender seus clientes com qualidade e tecnologia a Companhia desenvolveu uma plataforma 100% SaaS verticalizada ao agro, esta ferramenta trabalha de forma agnóstica, ou seja, de forma independente, podendo integrar com o ERP Agrotis e com outros players de ERP do mercado.

A Companhia também consolidou uma forte parceria com a SAP na solução ERP “Business One”, reconhecida mundialmente e agora com Agrotis tropicalizada para o Agronegócio.

O exercício de 2025 consolidou-se como mais um ano de recorde no histórico de receitas da Companhia e de sua controlada, resultado atribuído à qualidade e à competitividade dos produtos e serviços oferecidos pelo Grupo. Destaca-se, ainda, que os desempenhos alcançados nos exercícios de 2024, 2023 e 2022 ocorreram mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador, marcado por incertezas econômicas e políticas, incluindo, entre outros fatores, a elevação da taxa básica de juros (Selic) e o aumento dos custos de mão de obra, elementos que impactam diretamente o setor de prestação de serviços.

Conforme deliberado na 18ª Alteração do Contrato Social, em 20 de fevereiro de 2024, a Companhia foi transformada de “Sociedade Empresária Limitada” em “Sociedade Anônima” de capital fechado, sem interrupção de suas atividades sociais e sem prejuízo aos credores.

Desde então, a Companhia passou a operar sob a estrutura de governança prevista em seu Estatuto Social, contemplando a existência de Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Comitê de Ética. No exercício de 2025, ocorreu a alteração relativa ao quadro acionário, descrita na nota explicativa nº 18, mas sem alteração na governança, tendo sido realizadas apenas assembleias e deliberações ordinárias, em conformidade com o Estatuto Social vigente.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), convergida da norma internacional de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS for SMEs*), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis aplicáveis a pequenas e médias empresas, as quais estão corroboradas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Todas as referências as Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Companhias, devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos *IFRS*, especialmente a norma internacional *IFRS for SMEs*, e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos *IFRS's* não está disponível no Brasil.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis Consolidadas, as quais abrangem as demonstrações contábeis da Controladora e sua controlada, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil relativas a Seção 9 – Demonstrações Consolidadas e Separadas da NBC TG 1000 (R1), o qual está em total convergência com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards – IFRS for SMEs*), emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e sua controlada.

Os saldos e transações *intercompany*, assim como quaisquer receitas ou despesas realizadas nas transações entre a Companhia e sua controlada, são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

b) Controladas – participação direta

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Controladora exerce o controle integral, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. As controladas são consolidadas integralmente a sua participação de capital desde o momento em que a Companhia assume o controle sobre as suas atividades até o momento que esse controle cessa. Abaixo demonstramos as empresas sobre as quais a Companhia exerce o controle:

Razão social	Sede	% Participação	
		2025	2024
Agrotis Publicações Digitais Ltda	Curitiba - PR	100,00%	100,00%

2.1.2. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia e sua controlada não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2025

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada:

Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
Ausência de Conversibilidade (Alterações ao CPC 02/IAS 21); e	Esclarece os requisitos para avaliar se uma moeda é conversível em outra e como determinar a taxa de câmbio quando a conversibilidade não existe. A Administração avaliou suas operações em moeda estrangeira (Euro e Dólar) e não identificou impactos relevantes na determinação das taxas de fechamento. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.
IFRS S1 e S2 – Divulgações Relacionadas à Sustentabilidade	Estabelecem requisitos para a divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e clima. Embora o cronograma de obrigatoriedade plena siga as resoluções da CVM, a Companhia avaliou que tais normas não alteram a mensuração de ativos e passivos nestas demonstrações contábeis. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.

A Companhia e sua controlada não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas mudanças nas normas existentes, desta forma, não houve alteração de estimativa ou política advinda destas na preparação destas demonstrações contábeis.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

A seguir apresentamos a lista das alterações recentes que não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada, as quais deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2026 e que estão disponíveis para adoção antecipada em IFRS (mas não para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil).

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7)	Incluem orientações sobre ativos financeiros com características contingentes e liquidações eletrônicas. A Administração não prevê impactos materiais, dado que seus instrumentos financeiros são predominantemente mensurados ao custo amortizado. Não identificamos impactos relevantes destas normas na preparação destas demonstrações e não nas futuras demonstrações contábeis.

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2026	Melhorias Anuais às Normas IFRS – Ciclo Volume 11	<p>Ajustes de redação e esclarecimentos pontuais no IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9 e IAS 7 para eliminar conflitos normativos. Não foram identificados impactos relevantes antecipadamente.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes destas normas na preparação destas demonstrações e não nas futuras demonstrações contábeis.</p>
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis.	<p>Substituirá a IAS 1 / CPC 26. Introduz novas categorias obrigatórias na Demonstração do Resultado (Operacional, Investimento e Financiamento) e novos subtotais. A Administração iniciou o mapeamento das contas para futura reclassificação.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes destas normas na preparação destas e nas futuras demonstrações contábeis.</p>
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>As subsidiárias de empresas que usam as Normas Contábeis IFRS podem reduzir substancialmente suas divulgações e se concentrar mais nas necessidades dos usuários após o lançamento da IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, do IASB. Ainda não há pronunciamento técnico equivalente no Brasil.</p> <p>Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis devido a Administração ter a intenção de divulgar a completude das normas, não apresentando nenhuma redução de divulgações das que julga relevante e úteis aos usuários.</p>

A Companhia e sua controlada não possui nenhuma alteração relevante na aplicação destas futuras mudanças nas normas, desta forma, não identifica antecipadamente impactos relevantes nas estimativas ou políticas advinda destas alterações na preparação das destas e das futuras demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1. CLASSIFICAÇÃO

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia e sua controlada são classificados sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Mensurados ao custo amortizado.

a) Ativos Financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia e sua controlada, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada possuía caixa e equivalentes de caixa nessa classificação, conforme nota explicativa nº 5.

b) Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada possuía contas a receber, adiantamentos, outras contas a receber e partes relacionadas nesta classificação, conforme notas explicativas nº 6, 8 e 9.

c) Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada possuía partes relacionadas, passivos financeiros de arrendamento, contas a pagar e outras contas a pagar nessa classificação, conforme notas explicativas nº 9, 13, 14.

2.3.2. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e sua controlada tenham transferido, significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seu resultado financeiro no período em que ocorrem.

2.3.3. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4. IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia e sua controlada avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia e sua controlada pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa da Companhia e sua controlada incluem o caixa, depósitos bancários, depósitos de penhor e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança.

2.5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, reduzidas pelas perdas de créditos estimadas (PCE).

Para as contas a receber a Administração considera que não existem evidências objetivas para a constituição das perdas de créditos estimadas (PCE), uma vez que, segundo os contratos vigentes, a transferência do controle de ativos para o cliente somente ocorre em função do cumprimento de suas obrigações contratuais. Quando o reconhecimento se dá ao longo do tempo, no caso de receitas de implementação e customização, as contas a receber ficam escrituradas respeitando o percentual de horas gastas e etapas concluídas, com a quantia excedente da obrigação de desempenho ficando registrada na rubrica de adiantamento de clientes.

Quando o reconhecimento se refere a serviços recorrentes, as obrigações de desempenho se referem basicamente a transferência em um ponto no tempo, logo, a condição de transferência de controle após aceite do cliente.

As contas a receber estão substancialmente representadas pela execução de serviços, reconhecidas pelo seu valor justo e deduzidas das perdas de créditos estimadas (PCE), consideradas reduções para apresentar o valor recuperável das contas a receber.

As contas a receber são classificadas no ativo circulante, levando-se em consideração o valor que compreende a totalidade das contas a receber vencidas e a vencer no prazo de um ano. A parcela excedente está apresentada no ativo não circulante.

2.6. ATIVO DE DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO E PASSIVO FINANCEIRO DE ARRENDAMENTO

No início de um contrato a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no NBC TG 1000 (R1) – Seção 20 – Operações de Arrendamentos.

Como arrendatário no início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Os contratos de arrendamento firmados possuem os seguintes prazos de utilização para a data de reporte:

Imóveis	3 anos
---------	--------

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, por uma taxa equânime de mercado. Geralmente é utilizada a taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: pagamentos fixos, corrigidos pelos indexadores descritos em contrato, mais pagamentos variáveis (se existentes).

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero

2.7. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme NBC TG 1000 (R1) na Seção 14 - Investimento em Controlada e em Coligada, para fins de demonstrações contábeis da Controladora, conforme nota explicativa nº 10.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. Quando existente o ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representado pelo lucro líquido atribuível aos Sócios da investida.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da Controladora, deve-se determinar se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia e sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.8. ATIVO IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. No custo histórico estão inclusos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas e despesas na demonstração do resultado.

2.9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis referem-se a *softwares* e licenças adquiridos separadamente, mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) Softwares

Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e sua controlada e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Os gastos com *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

b) Pesquisa e desenvolvimento

Quando há despesas relacionadas a atividades de pesquisa e desenvolvimento, estas são contabilizadas no resultado conforme são incorridas.

Os custos vinculados ao processo de pesquisa e desenvolvimento são registrados no ativo apenas quando podem ser confiavelmente mensurados, bem como se o instrumento ou procedimento em questão é tecnicamente viável. Além disso, é necessário que os benefícios econômicos futuros sejam prováveis, e que a Companhia e sua controlada tenham a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento para utilizar ou alienar o ativo. Quaisquer outros custos associados ao desenvolvimento são lançados no resultado conforme são incorridos. Após o reconhecimento inicial, os custos escriturados no ativo são mensurados pelo custo de geração, deduzido da amortização acumulada e possíveis perdas de valor recuperável.

A amortização inicia-se quando o desenvolvimento é concluído e o ativo torna-se disponível para utilização ao longo do período de benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é submetido a avaliações anuais para identificação de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos de desenvolvimento quando os critérios previamente mencionados são satisfeitos, são escriturados no ativo e englobam os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem planos ou projetos visando à criação de novos produtos para comercialização ou à conclusão do ativo para utilização

2.10. REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada avalia ao fim de cada período de reporte, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem, se há algum indício de que um ativo imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, possam ter sofrido desvalorização a ponto de seu valor contábil exceder o seu valor recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda, resultando em uma redução ao valor recuperável de ativo (*impairment*).

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.11. CONTAS A PAGAR

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e sua controlada tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados, líquido de rendimentos de aplicações financeiras, como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui saldos de empréstimos e financiamentos, tendo liquidado integralmente as obrigações existentes em 2024.

2.13. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.14. RECONHECIMENTO DA RECEITA

O reconhecimento de receitas ocorre mediante a existência de um contrato com o cliente, a identificação das obrigações de desempenho, a mensuração confiável e alocação do preço da transação, e a transferência do controle dos bens ou serviços para o cliente. As receitas são divulgadas líquidas de impostos, cancelamentos, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia e sua controlada efetuam a segregação das receitas em duas categorias, nomeadamente receitas recorrentes e receitas não recorrentes, da seguinte maneira.

a) **Receita de software recorrente**

A receita proveniente de software recorrente engloba: (i) subscrição de software, proporcionando aos clientes acesso simultâneo ao software em diversos dispositivos na versão mais recente; (ii) manutenção, que inclui suporte técnico e atualizações tecnológicas; e (iii) serviços, abrangendo computação em nuvem e atendimento ao cliente. Todos esses serviços são comercializados de forma independente.

O reconhecimento da receita proveniente de software recorrente é realizado mensalmente ao longo do período em que os serviços são prestados. Isso ocorre a partir do momento em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente, desde que todos os demais critérios de reconhecimento de receita sejam satisfeitos.

A Companhia e sua controlada ativam os custos relacionados à remuneração variável dos vendedores para a aquisição de contratos vinculados à venda de subscrições de software. A amortização desses custos é efetuada com base no tempo médio de retenção dos clientes.

b) **Receita de software não recorrente**

A receita proveniente de software não recorrente engloba: (i) taxas de licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminado; e (ii) serviços de implementação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

(i) O reconhecimento da taxa de licenciamento ocorre em um momento específico quando todos os riscos e benefícios relacionados à licença são transferidos ao comprador, mediante a disponibilização do software, e o valor pode ser mensurado de maneira confiável. Além disso, é necessário que seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e sua controlada.

(ii) As receitas provenientes de serviços de implementação e customização representam uma obrigação de desempenho distinta em relação a outros serviços. Elas são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo, à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, seguindo o cronograma de execução e quando existe uma expectativa válida de recebimento por parte do cliente. Receitas faturadas que não atendem aos critérios de reconhecimento não são incluídas nos saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas provenientes de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são efetivamente prestados.

2.15. CUSTOS E DESPESAS

Os custos associados aos softwares são predominantemente compostos pelos salários do pessoal de consultoria e suporte, abrangendo ainda os custos de aquisição de banco de dados e o valor das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. Além disso, contemplam a depreciação e amortização dos ativos relacionados aos custos das atividades da Companhia e sua controlada.

Os projetos que estão em andamento estão demonstrados ao custo de execução baseado nas horas incorridas. O custo compreende mão de obra própria e contratada de terceiros e o custo financeiro do capital aplicado, quando aplicável. O valor líquido de realização é menor ou igual ao que a correspondente receita, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e as despesas estimadas para efetuar a prestação.

As despesas realizadas pela área de desenvolvimento referentes à pesquisa e desenvolvimento de software, voltadas para novos produtos ou inovações tecnológicas nos softwares existentes, que não preenchem os critérios de capitalização, são contabilizadas como despesas no período em que são incorridas. Essas despesas são apresentadas de forma separada das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas, dentro do grupo de despesas operacionais.

2.16. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E LUCROS

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia e a distribuição de lucros para os quotistas da controlada são reconhecidas como passivos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final da data de reporte, com base no contrato social quando for aplicável tal distribuição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas na Controladora e nos quotistas da controlada.

2.17. TRIBUTAÇÃO FEDERAL

a) Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Conforme facultado pela legislação tributária a controlada optou pelo regime de lucro presumido.

b) Imposto de renda e contribuição social – Diferidos

Conforme a Seção 23 – Receitas, quando existirem valores a receber decorrentes de serviços faturados ainda em implantação, e cujas horas incorridas representem receitas não recorrentes, o reconhecimento contábil da receita deve ocorrer pelo método da percentagem completada (POC), refletindo a execução efetiva da prestação dos serviços.

A aplicação do método POC pode gerar diferenças temporárias entre:

- a base contábil das receitas e despesas reconhecidas; e
- a base fiscal utilizada para determinação do lucro tributável.

Essas diferenças surgem principalmente porque:

- receitas faturadas e ainda não totalmente executadas são reconhecidas contabilmente conforme o percentual de conclusão;
- porém, para fins fiscais, essas receitas podem ser tributadas integralmente no faturamento ou em momento distinto, conforme a legislação aplicável.

Essa defasagem gera impostos diferidos ativos ou passivos com base nas alíquotas vigentes na data reporte e, conforme estabelece a Seção 29 – Tributos sobre o Lucro, a natureza da diferença gerará:

- Ativo Diferido: quando resultará em redução futura de tributos.
- Passivo Diferido: quando resultará em aumento futuro de tributos.

A mensuração reflete a melhor estimativa dos valores a serem realizados ou liquidados à medida em que as diferenças temporárias se revertam.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2025 foram consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. JULGAMENTOS

No decorrer da implementação das políticas contábeis consolidadas, a Administração realizou avaliações críticas que possuem potencial impacto relevante nos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

a) Reconhecimento de Receitas

No âmbito desse processo, foram realizados julgamentos vinculados à identificação das obrigações de desempenho decorrentes das vendas de software, englobando a taxa de licenciamento, o serviço mensal de software e os serviços de implementação/customização. Essas avaliações podem influenciar substancialmente o reconhecimento das receitas originadas de contratos com clientes. A conclusão da Companhia e sua controlada é que essas obrigações de desempenho são distintas, uma vez que são comercializadas de maneira separada, dado que serviços de implementação e customização também são disponibilizados por outros fornecedores.

b) Custos de projetos em andamento

Os custos de projetos em andamento são reconhecidos progressivamente ao longo do período de execução. Isso ocorre através da definição de critérios para medir o progresso do projeto, sendo alcançado com base nas obrigações de desempenho, como fases concluídas, horas incorridas, módulos implementados e funcionalidades quando se tornam operacionais. Foram realizados julgamentos vinculados à identificação das obrigações de desempenho decorrentes dos custos das vendas de software, englobando a taxa de licenciamento, o serviço mensal de software e os serviços de implementação/customização. Essas avaliações podem influenciar substancialmente o reconhecimento dos custos executados para reconhecimento dos contratos com clientes. A conclusão da Companhia e sua controlada é que essas obrigações de desempenho são distintas, uma vez que são comercializadas de maneira separada, dado que serviços de implementação e customização também são disponibilizados por outros fornecedores. Quando incorridos e direcionados a um projeto, um custo é reconhecido, quando incorrido um gasto e não identificado um projeto específico estes são reconhecidos em despesas, uma vez que incorreram, porém não possuem uma alocação direta.

3.2. ESTIMATIVAS E PREMISSAS

Com base em premissas, a Controladora e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são contempladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Abaixo descritas estão as principais estimativas e premissas contidas nestas demonstrações individuais e consolidadas:

a) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação e sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas;

Provisão para passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que: (i) a perda é avaliada como provável, o que ocasionaria a provável saída de recursos para a liquidação das obrigações; e (ii) quando os montantes envolvidos são mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas e os classificados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

b) Receita de serviços não recorrentes

O reconhecimento de receitas provenientes de serviços de implementação e customização de softwares implica a utilização de estimativas para projetar os custos totais necessários à execução da obrigação de desempenho estabelecida em contratos com clientes. A Companhia e sua controlada realiza uma revisão periódica dessas estimativas, ajustando as margens por contrato conforme necessário.

A liquidação das transações relacionadas a essas estimativas pode resultar em valores substancialmente diferentes dos inicialmente registrados nas demonstrações contábeis, devido à natureza probabilística intrínseca ao processo de estimativa. A Companhia e sua controlada conduz uma revisão abrangente de suas estimativas no mínimo anualmente.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A Controladora e sua controlada contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia e sua controlada, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2. FATORES DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia e sua controlada, a qual identifica, avalia e as protege contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e sua controlada em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e sua controlada são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia e sua controlada, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito representa a possibilidade de a contraparte em uma transação não cumprir suas obrigações conforme estipulado em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, resultando em potencial prejuízo financeiro.

No contexto da comercialização de softwares, seja por meio de subscrição ou projetos instalados, assim como na implementação e personalização de soluções de sistemas, o risco de crédito está intrinsecamente ligado à contínua transferência de recursos controlados, condicionada ao cumprimento das obrigações contratuais. A transferência de recursos ocorre somente mediante a realização dos acertos financeiros, minimizando o risco por meio de um rigoroso controle da base de clientes e do gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas estabelecidas.

No que diz respeito ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e sua controlada adotam medidas para diversificar essa exposição entre instituições de mercado. A política inclui a concentração de aplicações em valores mobiliários de baixo risco e a alocação em instituições financeiras consideradas de primeira linha. Essas práticas visam mitigar o risco associado a transações financeiras.

c) Risco de Mercado

O principal risco de mercado decorre do risco de taxas de juros. Refere-se a possibilidade da Companhia e sua controlada sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e seus passivos financeiros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam os ativos da Companhia e sua controlada indexados pelas taxas CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e Índice de Preços ao Consumidor - IPCA.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, bem como, busca aplicar recursos em taxas semelhantes às captações de recursos efetuadas.

A Companhia e sua controlada não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

(i) Operações com derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem operações com derivativos.

(ii) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e sua controlada é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar seus negócios e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e sua controlada controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, elas podem efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

(iii) Investimentos avaliados a valor justo por meio de resultado

A Companhia e sua controlada não possuem investimentos mensurados a valor justo por meio de resultado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e sua controlada, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das operações, vide abertura abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixas	1.258	907	1.258	907
Banco conta movimento	686.628	159.905	870.533	241.110
Aplicações financeiras (i)	301.782	6.787.739	802.613	10.076.341
Total	989.668	6.948.551	1.674.404	10.318.358

- (i) A Companhia e sua controlada tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco, com aplicações em instituições financeiras de primeira linha, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração anual média de 98,00% a 100,50% do CDI bruto do imposto de renda retido na fonte no exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

6. CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber de clientes é composto por valores provenientes da operação da controladora e sua controlada na venda de licenças de software, serviços de implementação e customização, apresentados pelo valor de realização. Abaixo a composição dos saldos por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
(-) Perdas de créditos estimadas (i)	(267.889)	(267.889)	(267.889)	(267.889)
Vencidos há mais de 1 ano	315.924	168.574	322.041	172.180
Vencidos de 6 meses a 1 ano	129.590	52.987	132.699	56.649
Vencidos até 6 meses	521.069	499.525	546.098	505.358
(-) Contas a receber NBC TG 1000 (ii)	(3.081.132)	(2.911.332)	(3.081.132)	(2.911.332)
A vencer em até 6 meses	7.485.743	5.853.087	7.945.826	6.273.341
A vencer acima de 6 meses	273.502	577.580	273.502	577.580
Total	5.376.807	3.972.532	5.871.145	4.405.887

- (i) Para calcular as estimativas de perdas de crédito, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia manteve a estimativa baseada em seus registros históricos de valores a receber provenientes de transações comerciais ao longo do período (sem estimativa nas cifras comparativas). Esses registros foram categorizados de acordo com diferentes níveis de risco de crédito e agrupados em classes de inadimplência, sobre as quais foi aplicada uma taxa de perda correspondente. Com base nessas avaliações, a gestão considera que os montantes reservados são adequados para cobrir potenciais perdas na liquidação dos saldos de contas a receber. Segue abaixo o resumo das movimentações no período:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
(-) PCE				
Saldo Inicial	(267.889)	-	(267.889)	-
Constituição de provisão no exercício	-	(267.889)	-	(267.889)
Saldo Final	(267.889)	(267.889)	(267.889)	(267.889)

A constituição da estimativa para perdas esperadas nas contas a receber referentes aos recebíveis são reconhecidas mesmo com grande esforço de cobrança em diversos títulos vencidos a longa data e estima-se não apresentar recuperabilidade. Após a exaustão da cobrança alguns títulos são reconhecidos como perdas efetivas de créditos na demonstração do resultado, vide nota explicativa nº 23 na linha "Perdas com clientes". Para os saldos do exercício findo a esta data base, foram escrituradas apenas perdas efetivas de créditos ao resultado, no valor total de R\$ 261.484, quanto ao exercício de 2024 foram escrituradas como perdas efetivas o total de R\$ 164.517 vide nota supracitada.

A Administração entende que o risco associado às contas a receber provenientes de clientes de software é atenuado pela diversificação tanto em termos quantitativos quanto pelos diversos segmentos de atuação presentes na composição de clientes da Companhia e sua controlada. Essa abordagem visa a minimizar os potenciais impactos de inadimplência e fortalecer a gestão do risco relacionado às receitas provenientes de softwares.

- (ii) Devido aos procedimentos estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) pela Seção 23 – Receitas, quando existem valores a receber relativos a serviços faturados e ainda em fase de implantação, onde suas horas incorridas se referem a receitas não recorrentes, seus efeitos são reduzidos para demonstrar os montantes a serem compensados a medida de sua execução, respeitando o método de percentagem completada – POC.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo de tributos a recuperar está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Tributos diferidos NBC TG 1000 (i)	1.121.809	1.059.987	1.121.809	1.059.987
Saldo negativo CSLL	162.601	213.551	162.601	213.551
Saldo negativo IRPJ	105.692	-	105.692	-
IRRF a recuperar	4.089	11.105	4.089	11.105
Outros tributos a recuperar	-	57.393	-	57.393
Total	1.394.191	1.342.036	1.394.191	1.342.036

- (i) Devido aos procedimentos estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) pela Seção 23 – Receitas, quando existem valores a receber relativos a serviços faturados e ainda em fase de implantação, onde suas horas incorridas se referem a receitas não recorrentes, seus efeitos são adicionados para demonstrar os montantes a serem reconhecidos como despesas a medida de sua execução, respeitando o método de percentagem completada – POC.

8. ADIANTAMENTO E OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo de adiantamento e outras contas a receber está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Adiantamento a fornecedores (i)	345.658	18.763	345.658	18.763
Adiantamento a empregados	92.576	11.123	80.899	10.995
Total	438.234	29.886	426.557	29.758

- (i) O montante se refere aos valores adiantados a prestadores de serviço, os quais são compensados com a execução dos serviços pelos terceiros. Quando os montantes apresentam indícios de perda, uma provisão é realizada e são realizados ao resultado, restando ao ativo os montantes que serão recuperados. O aumento observado no exercício decorre, principalmente, dos gastos com serviços vinculados à reforma e à implantação da infraestrutura predial da nova sede.

9. PARTES RELACIONADAS

O saldo de partes relacionadas é composto por contrato de mútuo apresentados no ativo não circulante e passivo não circulante, bem como, pagamento de aluguéis para coligada e remunerações da Administração, as quais serão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos com pessoas ligadas (a)	631.710	950.096	631.710	950.096
Ativo circulante	134.891	134.891	134.891	134.891
Ativo não circulante	496.819	815.205	496.819	815.205
Empréstimos com pessoas ligadas (a)	(333.322)	(333.322)	(333.322)	(333.322)
Dividendos a pagar (b)	(5.907.136)	-	(5.907.136)	-
Passivo não circulante	(6.240.458)	(333.322)	(6.240.458)	(333.322)

a) Empréstimos com pessoas ligadas

Os empréstimos com pessoas ligadas se referem a contratos de mútuo ativos e passivos firmados entre a Controladora e pessoas ligadas direta e indiretamente, possuem prazos de pagamentos anuais de até 5 anos ou indefinido a depender da assinatura do contrato, com correção dos montantes devidos realizada pelos indexadores IGPM e Selic, *pro rata die*, sobre o saldo devedor. Fica definido que as devoluções dos recursos transferidos deverão ocorrer quando se fizer necessário ou conveniente dentro do prazo estipulado em cada contrato, inclusive podendo ser

quitadas antecipadamente, levando em consideração a situação financeira e a necessidade da Companhia e suas partes relacionadas. Abaixo demonstramos a movimentação do período:

Controladora/Consolidado	Data vencimento	Taxa a.a.	31.12.2025	Movimentação		31.12.2024
				Pagamentos	Juros	
Créditos com pessoas ligadas	dez/2029	IGPM	631.710	(318.386)	-	950.096
Ativo			631.710	(318.386)	-	950.096

Controladora/Consolidado	Data vencimento	Taxa a.a.	31.12.2025	Movimentação		31.12.2024
				Pagamentos	Juros	
LCS Administração	Indefinida	-	(333.322)	-	-	(333.322)
Passivo			(333.322)	-	-	(333.322)

b) Dividendos a pagar

O saldo registrado no passivo não circulante sob a rubrica de Partes Relacionadas, no montante de R\$ 5.907.136, se refere a destinação de dividendos, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2025.

A referida destinação foi deliberação pelos acionistas, com o pagamento deste montante ocorrendo ao longo dos próximos exercícios sociais, estando condicionada à manutenção da saúde financeira e à disponibilidade de caixa operacional da Companhia nos próximos exercícios.

c) Transações com acionistas e pessoal-chave da Administração

A Companhia e sua controlada detinham contrato de locação de imóvel com empresa coligada, em que parte dos acionistas são administradores e compõem o quadro acionário da Controladora de forma indireta. O valor pago de aluguel com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 480.000 (R\$ 24.000 parte controlada) em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 482.370 (R\$ 24.000 parte controlada), para os saldos consolidados, vide nota explicativa nº 23 linha "Aluguéis e condomínio". Os contratos de aluguéis com partes relacionadas não foram reajustados para a data reporte. A partir de 2026 apenas o contrato de arrendamento ficará vigente, não existindo mais o contrato com a parte relacionada.

d) Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2025 as despesas com remuneração dos administradores da Controladora e sua controlada foi de R\$ 109.296 relativa a pró-labore e a remuneração através das antigas holdings da Controladora e sua controlada foi de R\$ 3.216.453 (R\$ 88.884 de remuneração aos administradores via pró-labore e R\$ 2.628.312 através das antigas holdings em 31 de dezembro de 2024).

10. INVESTIMENTOS

O saldo de investimentos está assim composto:

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Participação em empresas (i)	1.103.393	3.732.168
Total	1.103.393	3.732.168

(i) Participação em empresas:

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

a) Abertura da participação da controladora em empresas diretas:

	31.12.2025				
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado	% de participação
Agrotis Publicações	1.167.397	64.004	1.103.393	5.985.364	100,00000%
Total	1.167.397	64.004	1.103.393	5.985.364	

	31.12.2024				
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado	% de participação
Publicações	3.803.034	70.866	3.732.168	5.356.403	100,00000%
Total	3.803.034	70.866	3.732.168	5.356.403	

Anualmente, a Companhia avalia se suas participações societárias apresentam indicação de perda de valor recuperável nos seus investimentos, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não apresentando indícios de *impairment*.

b) Movimentação da participação da controladora em empresas diretas:

<u>Controladora</u>	<u>Publicações</u>	<u>Total</u>
Participações em 31.12.2023	<u>3.109.762</u>	<u>3.109.762</u>
Equivalência patrimonial	5.346.406	5.346.406
Distribuição de lucros	(4.724.000)	(4.724.000)
Participações em 31.12.2024	<u>3.732.168</u>	<u>3.732.168</u>
Equivalência patrimonial	5.985.364	5.985.364
Distribuição de lucros	(8.614.139)	(8.614.139)
Participações em 31.12.2025	<u>1.103.393</u>	<u>1.103.393</u>

11. IMOBILIZADO

O imobilizado da Companhia e sua controlada é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos recursos controlados é calculada pelo método linear, o qual leva em consideração o seu tempo de vida útil econômica estimada. Os detalhes do ativo imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

Controladora/Consolidado:

Grupo contábil	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de telecomunicações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Total
Taxas de Depreciação	20,00%	20,00%	10,00%	10,00%	10,00%	4,00%	-	
Em 31 de dezembro de 2023								
Custo	3.467.844	77.033	157.560	90.437	47.084	14.752	-	3.854.710
Depreciação Acumulada	(2.220.167)	(50.034)	(90.047)	(49.167)	(46.613)	(2.950)	-	(2.458.978)
Valor líquido contábil	<u>1.247.677</u>	<u>26.999</u>	<u>67.513</u>	<u>41.270</u>	<u>471</u>	<u>11.802</u>	<u>-</u>	<u>1.395.732</u>
Adições	237.558	-	18.369	19.382	119.380	-	-	394.689
Baixas	-	(77.033)	-	-	-	-	-	(77.033)
Depreciação	(483.178)	-	(9.540)	(17.267)	(24.347)	-	-	(534.332)
Baixas da depreciação	-	50.034	-	-	-	-	-	50.034
Saldo final	<u>1.002.057</u>	<u>-</u>	<u>76.342</u>	<u>43.385</u>	<u>95.504</u>	<u>11.802</u>	<u>-</u>	<u>1.229.090</u>
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo	3.705.402	-	175.929	109.819	166.464	14.752	-	4.172.366
Depreciação Acumulada	(2.703.345)	-	(99.587)	(66.434)	(70.960)	(2.950)	-	(2.943.276)
Valor líquido contábil	<u>1.002.057</u>	<u>-</u>	<u>76.342</u>	<u>43.385</u>	<u>95.504</u>	<u>11.802</u>	<u>-</u>	<u>1.229.090</u>
Adições	19.996	-	21.217	-	-	-	6.361.760	6.402.973
Baixas	(39.919)	-	-	-	-	-	-	(39.919)
Transferência	671.680	-	4.354	24.104	-	5.596.118	(6.296.256)	-
Transferência intangível	-	-	-	-	-	-	(65.504)	(65.504)
Depreciação	(453.922)	-	(10.117)	(19.796)	(23.876)	-	-	(507.711)
Baixas da depreciação	39.919	-	-	-	-	-	-	39.919
Saldo final	<u>1.239.811</u>	<u>-</u>	<u>91.796</u>	<u>47.693</u>	<u>71.628</u>	<u>5.607.920</u>	<u>-</u>	<u>7.058.848</u>
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo	4.357.159	-	201.500	133.923	166.464	5.610.870	-	10.469.916
Depreciação Acumulada	(3.117.348)	-	(109.704)	(86.230)	(94.836)	(2.950)	-	(3.411.068)
Valor líquido contábil	<u>1.239.811</u>	<u>-</u>	<u>91.796</u>	<u>47.693</u>	<u>71.628</u>	<u>5.607.920</u>	<u>-</u>	<u>7.058.848</u>

Anualmente, a Companhia e sua controlada avalia indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil remanescente de seus ativos imobilizados, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não houve indicações de mudanças significativas. A principal variação observada no ativo imobilizado no exercício de 2025 decorre do reconhecimento de valores registrados no grupo de Imobilizado em Andamento, relacionados, majoritariamente, a serviços de obras, reformas e implantação de infraestrutura predial vinculados à nova sede da Companhia. No fim período foram transferidos os dispêndios associados a intervenções estruturais e adequações necessárias à implementação da referida unidade, os quais se concentram em benfeitorias em imóveis de terceiros ao final do exercício, com início de sua vida útil em janeiro de 2026.

12. INTANGÍVEL

O saldo de ativo intangível é composto por softwares adquiridos e softwares desenvolvidos internamente que atendem aos critérios de intangível, que foram diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, sendo amortizados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis. Abaixo segue abertura e movimentação:

Grupo contábil	Software	Intangível em desenvolvimento	Total
Taxas de Amortização	20,00%	-	
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo	2.597.244	-	2.597.244
Amortização Acumulada	(2.574.779)	-	(2.574.779)
Valor líquido contábil	22.465	-	22.465
Adições	282.529	-	282.529
Amortização	(45.599)	-	(45.599)
Saldo final	259.395	-	259.395
Em 31 de dezembro de 2024			
Custo	2.879.774	-	2.879.774
Amortização Acumulada	(2.620.379)	-	(2.620.379)
Valor líquido contábil	259.395	-	259.395
Adições	-	63.940	63.940
Baixas	-	(11.800)	(11.800)
Transferência	65.504	-	65.504
Amortização	(113.942)	-	(113.942)
Baixas da amortização	45.140	-	45.140
Saldo Final	256.097	52.140	308.237
Em 31 de dezembro de 2025			
Custo	2.945.277	52.140	2.997.417
Amortização Acumulada	(2.689.180)	-	(2.689.180)
Valor líquido contábil	256.097	52.140	308.237

Quando há despesas relacionadas a atividades de pesquisa e desenvolvimento, estes gastos diretamente alocados a ativos intangíveis podem ser capitalizados, respeitando o regime de competência. Quando não elegíveis, estes gastos são escriturados diretamente no resultado conforme são incorridos, respeitando o regime de competência.

13. DIREITOS DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Para o reconhecimento dos direitos de uso de ativos e passivos financeiros de arrendamento, o valor justo das contraprestações assumidas no contrato ajustado a valor presente é escriturado. A amortização do direito de uso dos ativos ocorre de maneira linear ao longo do prazo do contrato, refletindo-se nas demonstrações contábeis como despesas operacionais. As despesas de juros relacionadas aos juros transcorridos do ajuste ao valor presente líquido dos contratos quando relevantes, são alocadas no item "resultado financeiro".

Nos casos em que ocorre a remensuração dos contratos, a atualização é refletida pela revisão anual dos aluguéis, aplicada ao direito de uso dos imóveis, de acordo com os indexadores de correção estabelecidos nos respectivos contratos.

A Companhia aplica exceções previstas na norma para contratos de curto prazo e de baixo valor, os quais, quando existentes, são reconhecidos diretamente como despesas de aluguel.

(a) Direito de uso de ativos

Os ativos de direito de uso estão detalhados a seguir:

Grupo	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Período de Amortização	3 anos	
Em 31 de dezembro de 2024	-	-
Novos contratos	2.797.567	2.797.567
Remensuração	143.573	143.573
Amortização	(380.041)	(380.041)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>2.561.099</u>	<u>2.561.099</u>
Custo	2.941.140	2.941.140
Amortização Acumulada	(380.041)	(380.041)
Valor líquido contábil	<u>2.561.099</u>	<u>2.561.099</u>

(b) Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamentos estão detalhados a seguir:

Abertura	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos	2.794.548	-
(-) Juros a transcorrer	(189.372)	-
Total	2.605.176	-
Circulante	917.555	-
Não circulante	1.687.621	-
Movimentação	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	-	-
Novos contratos	3.040.000	-
Juros a transcorrer	(242.433)	-
Reconhecimento inicial	2.797.567	-
Amortização	(394.414)	-
Juros reconhecidos	58.450	-
Remensuração	143.573	-
Movimentação	(192.391)	-
Saldo final	2.605.176	-

14. CONTAS A PAGAR

A Companhia e sua controlada apresenta suas contas a pagar reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais incorridas até as datas de reporte. Abaixo demonstramos os títulos por sua idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Vencidos de 6 meses a 1 ano	240	-	240	-
Vencidos até 6 meses	-	2.662	-	2.662
A vencer em até 6 meses	2.437.203	1.074.103	2.437.203	1.074.353
A vencer acima de 6 meses	3.601	4.590	3.601	4.590
Total	2.441.044	1.081.355	2.441.044	1.081.605

As operações registradas referem-se a contratos firmados junto à terceiros compostos, basicamente, por prestadores de serviços, fornecedores de soluções de tecnologia, *facilities* e aluguéis. A Administração revisou a composição da carteira destas operações e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A composição de obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Salários a pagar	105	499.197	105	499.197
PLR a pagar (i)	1.248.069	-	1.248.069	-
Provisão para férias	1.490.912	1.365.187	1.490.912	1.365.187
Contribuições previdenciárias a recolher	324.013	262.630	324.013	262.630
FGTS a recolher	111.180	85.495	111.180	85.495
Pró-labore a pagar	-	1.579	-	1.579
Total	3.174.279	2.214.088	3.174.279	2.214.088

- (i) A Companhia e sua controlada possui um Programa de Participação de Resultados como forma de remuneração estratégica caracterizada pela participação dos trabalhadores nos resultados, com base em determinadas metas acordadas anualmente. As provisões para participação são reconhecidas durante o período em que as metas são atingidas.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição de obrigações tributárias é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
IRPJ a recolher	-	217.560	11.874	249.073
IRRF a recolher	190.598	172.172	190.598	172.172
ISS a recolher	130.108	133.553	130.108	133.553
CSLL a recolher	-	-	30.862	20.146
COFINS a recolher	12.096	13.461	29.576	29.041
CSRF a recolher	22.767	16.650	22.767	16.650
PIS a recolher	2.627	2.918	6.415	6.295
Contribuição sindical	11.999	14.204	11.999	14.204
CIDE a recolher	-	1.408	-	1.408
Total	370.195	571.926	434.199	642.542

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingência são constituídas levando em consideração a legislação em vigor, a opinião de assessores legais, a natureza e o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitiram estimar o seu valor. A Administração considera que as provisões existentes nas datas bases apresentadas são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

Na data de reporte e nas cifras comparativas não há provisões para contingências prováveis de perda a serem apresentadas, bem como, não existem perdas consideradas possíveis de realização, as quais não seriam provisionadas nas demonstrações contábeis, ambas em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) na Seção 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia e sua controlada tem por prática contratar advogados externos para defesa, cujo a remuneração está vinculada ao percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais dos processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme a nota explicativa nº 1, através da 18ª Alteração de Contrato Social de 20 de fevereiro de 2024 foi transformado o tipo societário da Companhia, passando de "Sociedade Empresária Limitada" para "Sociedade Anônima" de capital fechado. Na mesma alteração o capital social em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 74.100 e foi elevado para R\$ 3.000.000, com um aumento efetivo de R\$ 2.925.900 emissão de novas ações. Com a transformação de tipo societário e o aumento de capital social, as anteriormente denominadas quotas que possuíam o valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada, passaram a ser denominadas ações, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Em 2024, conforme a dissolução da LCS Participações Societárias Ltda, detentora de 1.800.000 ações nominais da Companhia, cada uma com valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

No exercício de 2025, ocorreu a dissolução, liquidação e extinção da Agrotis Participações Societárias Ltda, antiga acionista da Controladora. Em decorrência desse evento societário, 1.200.000 ações ordinárias foram cedidas aos acionistas da Agrotis Agroinformática S.A., bem como a incorporação dos demais sócios da extinta Agrotis Participações Ltda ao quadro acionário da Companhia. Em razão da dissolução, os ativos detidos pela Agrotis Participações Societárias Ltda foram integralmente devolvidos aos seus respectivos acionistas, não havendo alteração no valor total do capital social, ficando a composição acionária da Companhia da seguinte forma:

Acionistas	31.12.2025	Movimentação		Movimentação		31.12.2023	Participação %	
		Cessão	31.12.2024	Cessão	Aumento		31.12.2025	31.12.2024
Manfred Leoni Schmid	915.911	315.911	600.000	600.000	-	-	30,53%	20,00%
Cassio Alberto Lang	915.911	315.911	600.000	600.000	-	-	30,53%	20,00%
Marcelo Hohmann Choinski	915.911	315.911	600.000	600.000	-	-	30,53%	20,00%
Lauro Rodrigo Hohmann Wagnitz	60.061	60.061	-	-	-	-	2,00%	0,00%
Pedro Luiz Hansaul	60.061	60.061	-	-	-	-	2,00%	0,00%
Evaldo Luis Hansaul	60.061	60.061	-	-	-	-	2,00%	0,00%
Luiz Antonio Tavares Pinto da Silva	60.061	60.061	-	-	-	-	2,00%	0,00%
Rúbia da Silva Krüger	12.023	12.023	-	-	-	-	0,40%	0,00%
LCS Participações Societárias Ltda	-	-	-	(1.800.000)	1.755.540	44.460	0,00%	0,00%
Agrotis Participações Societárias Ltda	-	(1.200.000)	1.200.000	-	1.170.360	29.640	0,00%	40,00%
Total	3.000.000	-	3.000.000	-	2.925.900	74.100	100,00%	100,00%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, de acordo com o disposto na legislação societária. A critério da Companhia, a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto da Controladora, os dividendos e os juros sobre capital próprio poderão ser pagos conforme determinado em comum acordo entre os acionistas a depender da estratégia de fluxo de caixa e outros aspectos decisórios da Companhia, respeitando sempre o pagamento de forma proporcional ao percentual de participação de cada um deles. Em 31 de dezembro de 2025 foram pagos dividendos na monta de R\$ 17.040.000 (R\$ 11.867.514 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 15 de dezembro de 2025, a destinação a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 5.907.136. O referido montante foi reclassificado para o Passivo da Companhia e será liquidado ao longo dos próximos exercícios sociais, observada a disponibilidade de caixa, conforme nota explicativa nº 9.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O saldo de receita operacional líquida está segregado entre receitas de software recorrentes e não recorrentes comercializados pela Companhia e sua controlada, composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Serviços recorrentes	55.730.621	44.796.533	55.730.621	44.796.533
Serviços não recorrentes	8.759.666	8.783.598	8.759.666	8.783.598
Venda de mercadorias	-	-	6.179.126	5.714.665
Receita operacional bruta	64.490.287	53.580.131	70.669.413	59.294.796
Tributos e cancelamentos				
(-) Tributos sobre receita	(3.761.282)	(3.262.483)	(3.986.271)	(3.467.314)
(-) Vendas canceladas, devoluções e descontos incondicionais	-	(4.701)	(15.278)	(107.728)
Estimativas de receitas NBC TG 1000 (i)				
(-) Receitas Contratos NBC TG 1000	(169.800)	(1.079.673)	(169.800)	(1.079.673)
(+) Tributos Contratos NBC TG 1000	6.198	39.408	6.198	39.408
Deduções sobre as receitas	(3.924.884)	(4.307.449)	(4.165.151)	(4.615.307)
Receita operacional líquida	60.565.403	49.272.682	66.504.262	54.679.489

- (i) Devido aos procedimentos estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) pela Seção 23 – Receitas, quando existem serviços faturados e ainda em fase de implantação, onde suas horas incorridas se referem a receitas não recorrentes, seus efeitos são reduzidos para demonstrar os montantes a serem reconhecidos a medida de sua execução, respeitando o método de percentagem completada – POC, inclusive demonstrando os efeitos tributários de despesa na mesma proporção que as receitas.

20. CUSTOS OPERACIONAIS

O saldo de custos operacionais se refere, basicamente, ao custo para execução dos serviços não recorrentes e recorrentes. Em síntese tais custos são reconhecidos ao resultado a medida do progresso e horas incorridas em relação as obrigações de desempenho, dados ao longo do tempo ou em um ponto específico e, quando aplicável, associados a percentuais de completude de forma analítica. Abaixo estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Salários e benefícios a empregados	15.571.667	12.883.685	15.571.667	12.883.685
Serviços prestados de cooperados	11.039.824	10.668.361	11.039.824	10.668.361
Custos com softwares	8.604.103	6.375.904	8.604.103	6.375.904
Custos com hospedagem tecnológica	1.150.957	1.666.198	1.150.957	1.666.198
Total	36.366.551	31.594.148	36.366.551	31.594.148

Quando o valor realizável líquido dos ativos é menor que os custos executados para reconhecê-los, automaticamente são reconhecidos ao resultado como despesas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve perda de valor realizável líquido nas execuções de projetos.

21. DESPESAS COMERCIAIS

O saldo de despesas comerciais por natureza está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Comissões (i)	1.120.565	1.046.935	1.120.565	1.046.935
Exposições e feiras	557.652	349.320	557.652	349.320
Publicidade, propaganda e marketing	701.675	433.309	701.675	433.309
Outras despesas comerciais	114.260	97.448	114.260	97.448
Total	2.494.152	1.927.012	2.494.152	1.927.012

- (i) As despesas apropriadas de comissão de vendas são reconhecidas diretamente ao resultado pelo seu valor de face, respeitando o regime de competência.

22. DESPESAS COM PESSOAL

O saldo de despesas com pessoal por natureza está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Salários	1.936.066	10.358.666	1.936.066	10.358.666
Encargos sobre folha	671.851	3.583.476	671.851	3.583.476
PAT	229.065	1.325.402	229.065	1.325.402
PLR	363.303	-	363.303	-
Assistência médica	79.578	281.965	79.578	281.965
Vale transporte	52.424	243.235	52.424	243.235
Outras despesas com pessoal	49.668	237.789	49.668	237.789
(-) Transferência para custos de pessoal	-	(12.883.685)	-	(12.883.685)
Total	3.381.955	3.146.848	3.381.955	3.146.848

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

O saldo de despesas gerais e administrativas por natureza está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Serviços de terceiros	5.054.326	2.135.216	5.054.326	2.135.216
Despesas com tecnologia	69.665	69.344	69.899	69.579
Despesas com viagem	1.551.798	1.424.748	1.551.798	1.424.748
(-) Reembolso despesas com viagem pelo cliente	(711.679)	(524.838)	(711.679)	(524.838)
Perdas com clientes	261.484	164.517	261.484	172.663
Assessoria e consultoria	622.211	1.261.877	622.211	1.261.877
Depreciação e amortização	576.513	579.931	576.513	579.931
Amortização arrendamento	380.041	-	380.041	-
Despesas de funcionamento	352.265	330.615	352.265	330.615
Despesas com veículos	19.935	308.635	19.935	308.635
Alimentação e confraternizações	412.187	339.457	412.187	339.457
Aluguéis e condomínio	456.000	458.370	480.000	482.370
Perdas de créditos estimadas	-	267.889	-	267.889
Materiais de consumo	132.161	68.174	132.161	68.174
Manutenção e conservação	35.902	26.589	35.902	26.589
Locações	182.828	13.800	182.828	13.800
Outras despesas administrativas	349.935	75.036	349.935	75.036
Total	9.745.572	6.999.360	9.769.806	7.031.741

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

O saldo de outras receitas e despesas está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Créditos tributários (i)	7.728	953.528	7.728	953.528
Outras receitas	22.206	235	23.465	235
Ganho na venda de ativos	78.916	51.158	79.726	51.158
Outras receitas	108.850	1.004.921	110.919	1.004.921
Outras despesas	-	-	-	(9.997)
Outras despesas	-	-	-	(9.997)
Total	108.850	1.004.921	110.919	994.924

- (i) Contempla créditos extemporâneos de PIS e COFINS que foram compensados no exercício de 2025 e nas cifras comparativas conforme acima.

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O saldo de resultado financeiro líquido está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Rendimentos de aplicações financeiras	806.886	607.306	1.188.451	841.185
Atualização Selic impostos	16.546	22.023	16.546	22.140
Juros recebidos	97.619	77.236	105.894	83.674
Descontos obtidos	36.016	12.707	36.016	12.707
Variação cambial ativa	-	72	-	72
Receitas financeiras	957.067	719.344	1.346.907	959.778
Juros pagos	(448)	(15.301)	(448)	(15.301)
Juros sob arrendamento	(58.450)	-	(58.450)	-
Descontos concedidos	(42.200)	(22.772)	(42.200)	(33.329)
Variação cambial passiva	(12.581)	(345)	(12.581)	(345)
Despesas financeiras	(113.679)	(38.418)	(113.679)	(48.975)
Resultado financeiro	843.388	680.926	1.233.228	910.803

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo de imposto de renda e contribuição social está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	15.214.201	12.388.532	15.512.971	12.613.992
(+) Adições	3.512.781	3.441.977	3.512.781	3.441.977
Despesas não dedutíveis	28.024	1.612	28.024	1.612
Multas de trânsito	404	-	404	-
Brindes	76.692	-	76.692	-
Doações diversas	500	-	500	-
Perdas de créditos estimadas	-	267.889	-	267.889
Provisão de custos com hospedagem de sistema	-	328.000	-	328.000
Depreciação e juros incorridos arrendamento mercantil	438.491	-	438.491	-
Receitas NBC TG 1000 à incorrer (i)	2.968.670	2.844.476	2.968.670	2.844.476
(-) Exclusões	(14.194.894)	(12.745.592)	(14.194.894)	(12.745.592)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.985.364)	(5.346.406)	(5.985.364)	(5.346.406)
Lei do Bem - Cap. III Art. 26 (60%) (ii)	(3.917.318)	(3.950.231)	(3.917.318)	(3.950.231)
Lei do Bem - Cap. III Art. 26 (20%) (ii)	(1.074.635)	(1.316.744)	(1.074.635)	(1.316.744)
Provisão de custos com hospedagem de sistema	-	(328.000)	-	(328.000)
Reversão de provisões	(96)	-	(96)	-
Reversões de receitas NBC TG 1000 (i)	(2.805.068)	(1.764.803)	(2.805.068)	(1.764.803)
Tributos receitas à incorrer NBC TG 1000 (i)	-	(39.408)	-	(39.408)
Contraprestações - arrendamento mercantil	(412.413)	-	(412.413)	-
(=) Lucro Real	4.532.088	3.084.917	4.830.858	3.310.377
Base lucro presumido para CSLL de controlada	-	-	1.130.708	845.223
Base lucro presumido para IRPJ de controlada	-	-	884.023	689.364
(%) CSLL 9%	(407.888)	(277.643)	(509.652)	(353.713)
Contribuição social	(407.888)	(277.643)	(509.652)	(353.713)
(%) IRPJ Alíquota 15%	(679.813)	(462.738)	(812.416)	(566.143)
(%) IRPJ Adicional 10%	(435.209)	(296.491)	(499.612)	(342.476)
(-) Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	27.193	18.510	27.193	18.510
Imposto de renda	(1.087.829)	(740.719)	(1.284.835)	(890.109)
Imposto de renda e Contribuição social correntes	(1.495.717)	(1.018.362)	(1.794.487)	(1.243.822)
(-) Tributos diferidos NBC TG 1000 (i)	55.625	353.690	55.625	353.690
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	55.625	353.690	55.625	353.690
Imposto de renda e Contribuição social	(1.440.092)	(664.672)	(1.738.862)	(890.132)

- (i) Devido aos procedimentos estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) pela Seção 23 – Receitas, quando existem serviços faturados e ainda em fase de implantação, onde suas horas incorridas se referem a receitas não recorrentes, seus efeitos são reduzidos para demonstrar os montantes a serem reconhecidos a medida de sua execução, respeitando o método de percentagem completada – POC, inclusive demonstrando os efeitos tributários de despesa na mesma proporção que as receitas. Tais efeitos são adicionados e excluídos na apuração do lucro real da Controladora, para fazer refletir o preço de transação nas obrigações de desempenho conforme orienta a IN 1.771/2017 – Contas que registram procedimentos contábeis decorrentes da alteração ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis relacionadas à alocação do preço de transação às obrigações de desempenho (itens 73 e 74 da NBC TG 1000 (R1), quando este

transcreve os efeitos da NBC TG 47, nos casos não previstos nos itens 21, B30, B31, B32, B46 e B82 do mesmo NBC TG 47.

- (ii) A Companhia e sua controlada reduziu sua base de cálculo para Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 4.968.150 (R\$ 5.266.975 em 31 de dezembro de 2024) relativo a incentivo fiscal de Pesquisa e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica, fundamentada pela Lei 11.196/05, conhecida como a Lei do Bem. Esse incentivo fiscal faz parte do programa instituído pelo Governo por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o qual busca estimular as empresas a realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica concedendo como benefícios a exclusão dos gastos realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais pela legislação do IRPJ. Além da despesa operacional, a Lei 11.196/05 dispõe ainda a exclusão do lucro líquido e da base de cálculo da CSLL o valor correspondente a 60% das despesas realizadas com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica no período. Tal exclusão pode chegar a 80% em função do número de empregados envolvidos na pesquisa e desenvolvimento.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Controladora possui o sistema de apuração pelo lucro real trimestral enquanto sua controlada Agrotis Publicações Digitais Ltda apurou seu lucro o regime de lucro presumido.

27. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Companhia e sua controlada tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia e sua controlada busca no mercado ou internamente as coberturas compatíveis, sendo a cobertura de seguros consistente com outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes que se fizessem necessários ajustes até a emissão desta demonstração contábil.

* * * * *